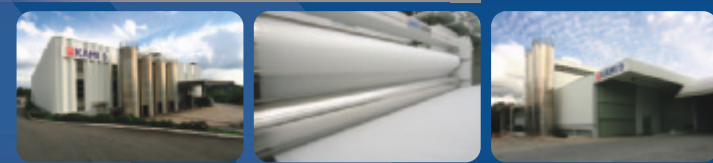




Companhia Providência Indústria e Comércio

CNPJ nº 76.500.180/0001-32
Companhia Aberta



Demonstrações Financeiras 2010

Flopes

Relatório da Administração

Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de nossos acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal, da recomendação do Comitê de Auditoria e as respectivas notas explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Nossos resultados consolidados incluem os resultados da Companhia Providência Indústria e Comércio e de suas controladas abaixo relacionadas:

- Isolfilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., situada em Pouso Alegre/MG, e adquirida em 16 de agosto de 2007; e,
- Providência USA Inc, situada em Statesville/NC - EUA, e constituída em 8 de agosto de 2008.

As informações financeiras apresentadas neste relatório foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e com as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral as demonstrações referentes ao ano de 2010, cujos destaques foram:

- Atingimos o volume vendido de 78,6 mil toneladas no ano, um aumento de 10,2% em relação ao ano anterior;
- Em 2010 nossa receita líquida totalizou R\$ 453,3 milhões, 9,8% superior à receita líquida em 2009;
- Em novembro a Companhia pagou dividendos antecipados, no montante de R\$ 11,1 milhões, correspondentes a 100% do lucro acumulado do primeiro semestre de 2010;
- A administração está propondo em suas demonstrações, para ser deliberado em AGO, o pagamento de dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o que elevará a distribuição a 100% da base de cálculo dos dividendos ajustada do ano, totalizando o montante de R\$ 32,9 milhões referente ao exercício de 2010.

Essa base de cálculo corresponde ao lucro líquido do exercício de 2010, R\$ 23,8 milhões, menos os 5% da reserva legal, R\$ 1,2 milhões, somados à realização do custo atribuído, R\$ 10,2 milhões na conta de Lucros Acumulados;

- A conclusão do projeto da primeira planta da Companhia nos Estados Unidos, com uma linha de produção de 20 mil toneladas por ano de capacidade instalada de náotecidos. Os investimentos totalizarão US\$ 80 milhões e incluem o maquinário e os demais ativos relacionados, tais como terreno e instalações necessárias. A entrada em operação da linha de produção ocorreu em janeiro de 2011; e,
- O *rating*, tanto de crédito corporativo quanto de nossas debêntures, emitido pela Standard & Poor's passou por revisão anual em 2010, tendo sido mantido estável em brA.

PRINCIPAL AJUSTE NA CONVERGÊNCIA PARA O IFRS (International Financial Reporting Standards):

O principal ajuste nas Demonstrações Financeiras em função da convergência para o IFRS foi a adoção do custo atribuído para máquinas e equipamentos, edificações e terrenos conforme **Laudo de Avaliação do Imobilizado** com base em 1º de janeiro de 2009. Em função desta adoção, teremos nossa despesa de depreciação aumentada e consequentemente o lucro líquido do exercício diminuído. No entanto, essa redução não afetará o potencial de distribuição de dividendos, conforme proposta da administração sobre a destinação de lucros acima.

PERFIL DA COMPANHIA

A Companhia Providência é líder na fabricação e comercialização de náotecidos, onde estima que sua participação, em volume, seja de 51% no Brasil, e de 35% na América Latina. Possui também forte atuação nos Estados Unidos e presença global.

A produção no mercado interno atende aos segmentos de náotecidos para artigos duráveis, descartáveis higiênicos e descartáveis médicos de alta performance, sendo esses dois últimos também exportados para os Estados Unidos, países da América Latina, Europa e Ásia.

A Companhia possui nove linhas de produção em São José dos Pinhais/PR, onde também é centralizada a Administração; uma linha de produção em Pouso Alegre/MG; e uma linha de produção em Statesville, na Carolina do Norte, EUA.

DESEMPENHO DO EXERCÍCIO

A receita bruta da companhia atingiu R\$ 523,3 milhões em 2010, um acréscimo de 9,7% sobre o exercício anterior, principalmente em função do aumento de 10,2% no volume de vendas no mesmo período. O aumento de receita se deu principalmente no mercado externo, que teve desempenho 16,7% superior ao ano anterior, enquanto no mercado interno a receita bruta em 2010 foi 5,6% superior a de 2009.

Os custos com produtos vendidos (CPV) atingiram R\$ 303,0 milhões, um aumento de 15,7% em relação aos R\$ 261,9 milhões de 2009. Esta alta está ligada, principalmente, ao maior volume de vendas em 2010, uma vez que quando calculamos o CPV unitário observamos que houve incremento de 5,2% em relação ao ano de 2009 devido ao seu principal componente, o polipropileno, que apresentou significativa alta no primeiro semestre de 2010, tendo estabilizado seu nível no segundo semestre.

O lucro bruto atingiu R\$ 150,4 milhões em 2010, praticamente estável em relação aos R\$ 150,9 milhões em 2009.

As despesas com vendas aumentaram 16,2%, atingindo R\$ 37,4 milhões em 2010 devido aos maiores volumes de vendas e à maior participação do mercado externo no mix de vendas, enquanto as despesas administrativas aumentaram 38,7% em sua maioria relacionadas a gastos não-recorrentes em planejamento tributário e estratégico.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 18,5 milhões em 2010, um aumento de 14,6% em relação ao ano anterior, devido principalmente à variação cambial que impactou nossos ativos e passivos em dólar, e a tomada de recursos para investimento em nossa planta nos Estados Unidos.

Encerramos o exercício de 2010 com um EBITDA ajustado de R\$ 106,2 milhões, que reflete uma redução de 8,9% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao aumento do custo da nossa principal matéria prima, o polipropileno, no período.

O lucro líquido da Companhia de R\$ 23,8 milhões recuou 41,7% aos R\$ 40,8 milhões apresentados em 2009.

CAIXA E DÍVIDA

Ao final de 2010, o endividamento total da Companhia era de R\$ 262,2 milhões em exigível de curto prazo, e de R\$ 230,8 milhões em exigível de longo prazo, composto principalmente por financiamento à planta dos EUA, debêntures, EXIM-PSI e Notas de Crédito à Exportação (NCEs). A empresa possui R\$ 249,1 milhões em caixa, representados substancialmente por títulos de renda fixa com liquidez imediata, atrelados à variação do CDI, representando uma dívida líquida de R\$ 243,9 milhões, o que reflete um aumento de R\$ 90,7 milhões em relação ao final de 2009, quando apresentávamos uma dívida líquida de R\$ 153,2 milhões. Este aumento se deve à contratação do financiamento para a planta dos EUA.

PERSPECTIVAS

A expectativa para o ano de 2011 é de um aumento no volume de vendas, com plena utilização da capacidade de produção da linha de produção dos EUA já no início do segundo semestre; e,

• Os principais projetos de investimento da Companhia neste e no próximo ano adicionarão 40 mil toneladas à nossa atual capacidade instalada, 40% de aumento, e compreendem a nova linha de produção a ser implantada no Brasil e a nova linha de produção a ser implantada nos Estados Unidos, na mesma planta da que entrou em operação em janeiro de 2011. Os investimentos nessas duas novas linhas de produção totalizarão cerca de US\$ 120 milhões, a primeira, no Brasil, entrando em operação no primeiro semestre de 2012, e a segunda, nos EUA, no segundo semestre.

MERCADO DE CAPITAIS

A cotação das ações da Providência, ao final do período de 2010, fechou a R\$ 7,40/ação, 6% inferior ao fechamento de 2009, enquanto o índice Bovespa no mesmo período teve valorização de 1%. O volume financeiro negociado foi 21% menor que no exercício de 2009.

Como ferramentas de comunicação com investidores, acionistas e mercado como um todo, a Companhia Providência utiliza seu site de RI, além de assessoria de imprensa especializada - S2 Comunicação Integrada - para auxiliar no atendimento ao mercado financeiro e de capitais, e ainda seu perfil no Twitter de RI - Relação com Investidores.

A ferramenta tem o objetivo de atualizar os investidores sobre as últimas novidades da Companhia, tais como os resultados financeiros, eventos, novos produtos e ações de governança corporativa. Para acompanhar a Providência/RI no Twitter, basta procurar por www.twitter.com/providencia_ri.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-2/N.º 305/05 e à Instrução CVM n.º 381 de 14 de janeiro de 2003 (ratificada pelo Ofício Circular/CVM/SEP/SNC/N.º02/2005 de 20 de março de 2005) informamos ao mercado que não tivemos serviços contratados pela Companhia e realizados pela empresa Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes ("Auditor") durante o exercício de 2010, exceto os serviços de auditoria.

RATING

Em dezembro, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's manteve a Companhia, incluindo *rating* de crédito corporativo, e à emissão de debêntures feita em dezembro de 2007, com *rating* "brA", Escala Nacional Brasil. Os *ratings* atribuídos à Providência, segundo a S&P, "refletem a posição de liderança da empresa no mercado brasileiro de náotecidos; as oportunidades de aumento da demanda no setor, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos; e a sua adequada liquidez".

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme cláusula compromissória no artigo 37 do seu estatuto social.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes pela credibilidade depositada na Companhia Providência e em seus produtos; aos nossos acionistas por acreditarem no potencial de crescimento e estratégia da Companhia; aos nossos fornecedores e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e excelência, indispensáveis ao nosso sucesso. É no seu compromisso com a ética, com o trabalho e com a manutenção de elevados padrões de qualidade e eficiência que está alicerçado o sucesso (passado, presente e futuro) da nossa Companhia.

A Administração

Balancos Patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	221.868	237.110	216.209	249.140	265.242	235.372
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	489	24		489	24	
Contas a receber e demais contas a receber (Nota 8)	108.793	104.984	126.970	124.716	117.730	140.582
Estoques (Nota 9)	31.721	26.764	37.147	36.884	30.786	43.735
Tributos a recuperar (Nota 10)	24.440	16.012	18.108	26.776	19.976	19.456
Outros direitos realizáveis	9.542	6.202	5.217	11.024	4.378	6.343
	396.853	391.096	403.651	449.029	438.136	445.488
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (Nota 8)	1.762	1.977	905	4.675	4.513	1.342
Tributos a recuperar (Nota 10)	52.622	68.054	72.886	53.395	70.226	78.546
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	165.489	179.920	199.308	165.489	181.358	203.547
Depósitos judiciais (Nota 17)	75	1.496	1.757	87	1.513	1.772
Depósitos e empréstimos compulsórios (Nota 17)	29	29	29	29	29	29
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127	127	127
Investimentos (Nota 12)	109.342	98.479	84.362			
Intangível (Nota 13)	11.362	12.877	11.812	44.501	46.019	44.956
Imobilizado (Nota 14)	441.621	452.737	460.289	618.337	531.238	570.945
	782.429	815.696	831.475	886.640	835.023	901.264
Total do ativo	1.179.282	1.206.792	1.235.126	1.335.669	1.273.159	1.346.752
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	24.441	32.262	44.865	27.299	36.030	52.183
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	4.030	4.176	3.603	4.030	4.176	3.603
Empréstimos (Nota 15)	242.076	112.120	9.696	262.207	125.608	38.443
Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.273	4.989	4.461	6.557	5.729	4.918
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	1.347	716	2.509	2.162	4.746	2.789
Provisões para contingências (Nota 17)	495	550	717			
Dividendos a pagar		1.622	9.799		1.622	9.799
Outras contas a pagar	4.359	2.026	1.250	4.907	1.930	1.543
	282.021	158.461	76.183	307.879	180.586	113.278
Não circulante						
Empréstimos (Nota 15)	103.076	250.933	380.627	230.844	292.814	454.241
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 16)	812	908	142	812	908	142
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	91.103	96.328	102.138	98.510	100.159	103.318
Provisões para contingências (Nota 17)	523	2.741	4.897	523	2.741	4.935
Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	4.646	1.469	301			
	200.160	352.379	488.105	330.689	396.621	562.636
	482.181	510.840	564.288	638.568	577.207	675.914
Patrimônio líquido capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora						
Capital social (Nota 19)	409.003	409.003	409.003	409.003	409.003	409.003
Reservas de capital (Nota 19)	18.728	18.507	18.066	18.728	18.507	18.066
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	179.778	189.778	199.384	179.778	189.778	199.384
Reservas de lucros (Nota 19)	96.286	72.183	33.306	96.286	72.183	33.306
Ações em tesouraria (Nota 19)	(6.701)	(6.701)	(2.009)	(6.701)	(6.701)	(2.009)
Lucros acumulados (Nota 19)	13.182	13.088		13.182	13.088	
	697.101	695.952	670.838	697.101	695.952	670.838
Total do passivo e patrimônio líquido	1.179.282	1.206.792	1.235.126	1.335.669	1.273.159	1.346.752

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operações contínuas	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009	2010	2009
Receita (Nota 20)	397.505	351.903	453.344	412.837
Custo das vendas	(268.918)	(226.589)	(302.986)	(261.902)
Lucro bruto	128.587	125.314	150.358	150.935
Despesas com vendas	(34.076)	(30.137)	(37.380)	(32.181)
Despesas administrativas	(50.460)	(36.387)	(58.117)	(41.895)
Outras receitas	2.318	2.403	2.294	2.422
	(82.218)	(64.121)	(93.203)	(71.654)
Lucro operacional	46.369	61.193	57.155	79.281
Receitas financeiras (Nota 22)	38.385	40.564	42.077	43.114
Despesas financeiras (Nota 22)	(59.038)	(62.450)	(60.618)	(59.297)
Despesas financeiras, líquidas	(20.653)	(21.886)	(18.541)	(16.183)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	7.320	15.102		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.036	54.409	38.614	63.098
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	(9.222)	(13.575)	(14.800)	(22.264)
Lucro do exercício das operações continuadas	23.814	40.834	23.814	40.834
Lucro líquido do exercício	23.814	40.834	23.814	40.834
Lucro líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 19)	0,30	0,51	0,30	0,51

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009	2010	2009
23.814	40.834	23.814	40.834	
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	252	640	252	640
Total do resultado abrangente do exercício	24.066	41.474	24.066	41.474

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

(Em milhares de reais)

Receitas	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2010	2009	2010	2009
Vendas brutas de produtos	450.547	398.793	512.868	467.922
Outras receitas	2.319	2.404	2.294	2.422
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(574)	(1.462)	(1.000)	(1.545)
	452.292	399.735	514.162	468.799
Insúmos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(265.809)	(250.574)	(301.192)	(291.263)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(37.497)	(32.122)	(39.157)	(33.087)
	(303.306)	(282.696)	(340.349)	(324.350)
Valor adicionado bruto	148.986	117.039	173.813	144.449
Depreciação e amortização	(25.513)	(21.636)	(28.219)	(24.162)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	123.473	95.403	145.594	120.287
Resultado de equivalência patrimonial	10.750	16.910		
Provisão para passivo a descoberto	(3.429)	(1.808)		
Receitas financeiras	38.385	40.564	42.077	43.114
	45.706	55.666	42.077	43.114

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das demonstrações financeiras consolidadas conforme IFRS.

</



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

Table with columns: Capital social, Custos de emissão, Reserva de ágio, Opção de ações, Total, Reserva legal, Retenção de lucros, Reserva para Investimentos, Total, Ações em tesouraria, Lucros acumulados, Ajustes de avaliação patrimonial, Total do patrimônio líquido. Rows include data for January 1st 2009 and December 31st 2009 and 2010.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando em outra forma indicado)

1. Informações gerais

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a "Companhia"), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não tecido ("nonwoven")...

Table with columns: Ativo, Passivo e patrimônio líquido, Circulante, Patrimônio líquido. Rows include Intangível Ágio, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., Capital social.

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações, está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização...

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício...

2.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. 2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação: O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. O grupo não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de "hedge" (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes. (b) Empréstimos e Recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber", com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes. 2.6.2. Reconhecimento e mensuração: O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem. Na data do balanço, o Grupo avalia se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. 2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting). Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7. 2.8. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (impairment), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado, a qual em 31 de dezembro de 2010 correspondia, em média, a 10,64% a.a. (31 de dezembro de 2009: 8,55% a.a.). 2.9. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. 2.10. Ativos intangíveis: (a) Ágio: O ágio (goodwill) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, conforme nota 1 (a). Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista, que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). (b) Softwares: Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13. 2.11. Imobilizado: Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 14. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12). Os ganhos e as perdas de alienações são determinadas pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado. 2.12. Impairment de ativos não financeiros: O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do

ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. 2.13. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.14. Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 2.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. 2.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados, através das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseados em premissas internas e em cenários econômicos futuros. 2.17. Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria: As empresas do grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 24), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante. (b) Remuneração com base em ações: O Grupo oferece aos executivos e certos empregados, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 19), plano de remuneração com base em ações ("Stock Options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados. (c) Participação nos lucros: O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo. 2.18. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.19. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, o grupo adota como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador. 2.20. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. 2.21. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: (a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo. • IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente não afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. • IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. O Grupo aplicará a norma revisada a partir de 1º de janeiro de 2011. Quando a norma revisada é aplicada, o Grupo e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. O Grupo está atualmente operando sistemas apropriados para captar as informações necessárias. Portanto, não é possível, neste estágio, divulgar o impacto, se houver, da norma revisada sobre as divulgações de partes relacionadas. (b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo: As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações do Grupo.

Table with columns: Tópico, Exigências-chave, Data da entrada em vigor. Rows include Alteração no IAS 32, IFRIC 19, Alteração no IFRS 1, IAS 24, Alteração ao IFRIC 14.



Table with 2 columns: Tópico and Exigências-chave. Rows include IFRS 9, Alteração ao IAS 32, and IFRIC 19.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e premissas críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro: O Grupo possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras.

Table with 4 columns: Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário Provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Contas a receber, Passivo, and Total.

O Grupo tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Table with 6 columns: Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário Provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Taxas, Contas a receber, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, and Ganho (perda).

Sensibilidade a taxa de juros - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do CDI, por se tratar de maior exposição do fator de risco:

Table with 6 columns: Risco, (-) 50 %, (-) 25 %, Cenário Provável, (+) 25 %, (+) 50 %. Rows include Taxas do indexador, Aplicações financeiras, Empréstimos e financiamentos, and Ganho.

(ii) Operações com derivativos: O Grupo possui operações no mercado externo e está exposta a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Table with 5 columns: Operação, Risco, Cenário Provável, Cenário Possível, Cenário Remoto. Rows include Swap CDI x US\$, Swap LIBOR6 flutuante x fixa, Termo de moeda (NDF), and Perda.

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, foi considerada a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas, foram aplicados os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Contas a receber de clientes, Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, and AAA, AA+, AA-.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no Grupo 1 referem-se a clientes sem inadimplência no passado.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, and Valor justo por meio do resultado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas à 103,5% (2009 - 103,5%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. O grupo não possui aplicações em fundos de investimento exclusivos.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Recursos em bancos e em caixa, Fundos de investimentos financeiros de curto prazo, and Caixa e equivalentes de caixa no balanço.

7. Instrumentos financeiros derivativos

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Swaps de taxa de juros, Contratos de câmbio a termo, Contratos de opção de dólar, and Parcela circulante.

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pelo Grupo e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Desta forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequentemente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

8. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Contas a receber de clientes no mercado interno, Contas a receber de clientes no mercado externo, Menos: Provisão para devedores duvidosos, Contas a receber de clientes, líquidas, Parcela no circulante, and Parcela no não circulante.

Table with 6 columns: Controladora, Mais de 5 anos, De 3 a 5 anos, De 3 meses a 1 ano, De 1 a 3 meses, Até 1 mês. Rows include Em 31 de dezembro de 2010 and Consolidado.

Table with 6 columns: Controladora, Mais de 5 anos, De 3 a 5 anos, De 3 meses a 1 ano, De 1 a 3 meses, Até 1 mês. Rows include Em 31 de dezembro de 2010 and Consolidado.

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido em vez da data de vencimento e, sendo assim, estão demonstrados na coluna "De 3 meses a 1 ano". Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem contratos de Swap de taxa de juros, Non Deliverable Forward e Opções de compra de dólar utilizados pelo Grupo para administrar o perfil da taxa de juros do Grupo.

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, and Ativos financeiros derivativos.

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Passivo circulante, Passivos financeiros derivativos, and Consolidado.

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Ativo circulante, Caixa e equivalentes de caixa, and Ativos financeiros derivativos.

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Nível 1, Nível 2, Total. Rows include Passivo circulante, Passivos financeiros derivativos, and Consolidado.

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para o período findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Ativos financeiros, Passivos financeiros, and Valor justo por meio do resultado.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Recursos em bancos e em caixa, Fundos de investimentos financeiros de curto prazo, and Caixa e equivalentes de caixa no balanço.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Swaps de taxa de juros, Contratos de câmbio a termo, Contratos de opção de dólar, and Parcela circulante.

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pelo Grupo e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Desta forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequentemente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

Table with 5 columns: Controladora, Consolidado, 1º de janeiro de 2009, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009. Rows include Contas a receber de clientes no mercado interno, Contas a receber de clientes no mercado externo, Menos: Provisão para devedores duvidosos, Contas a receber de clientes, líquidas, Parcela no circulante, and Parcela no não circulante.



A grande maioria dos montantes vencidos há mais de 90 dias refere-se a clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	106.271	98.415	113.838	122.032	113.245	126.716
Vencidos até 60 dias	2.825	2.846	11.890	5.854	3.241	12.942
Vencidos entre 61 e 90 dias	194	241	758	240	299	877
Vencidos a mais de 90 dias	3.338	7.603	3.159	4.027	7.926	3.878
Total	112.628	109.105	129.645	132.153	124.711	144.413
Provisão para devedores duvidosos	(2.073)	(2.144)	(1.770)	(2.762)	(2.468)	(2.489)
Total	110.555	106.961	127.875	129.391	122.243	141.924

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Em 1º de janeiro	2.468	2.489	9.457
Provisão para devedores duvidosos	3.605	1.911	3.653
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis			(505)
Valores não usados, estornados	(3.311)	(1.932)	(10.116)
Em 31 de dezembro	2.762	2.468	2.489

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas comerciais". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9. Estoques

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Matérias-primas	4.284	3.276	3.293
Matérias-primas auxiliares	6.794	5.525	6.463
Produtos em elaboração	1.128	414	462
Produtos acabados	14.815	14.077	20.385
Material de almoxarifado	4.479	2.727	3.324
Mercadorias em trânsito	221	745	3.220
	31.721	26.764	37.147

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Matérias-primas	5.010	3.718	3.531
Matérias-primas auxiliares	7.308	6.162	7.523
Produtos em elaboração	1.770	621	659
Produtos acabados	16.401	15.217	24.154
Material de almoxarifado	5.955	4.304	4.907
Mercadorias em trânsito	440	764	2.961
	36.884	30.786	43.735

10. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora						
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	7.197	19.324	4.061	19.610	6.340	13.366
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	11.559		9.516	15043	4.737	19210
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	1.437	18.519	686	20.642	5.753	19.258
Programa de Integração Social - PIS	343	2.310	179	2.864	1278	2.636
Antecipações de IR e CS		4.326	89	2.378		11.587
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.904	8.143	1.481	7.517		6.829
	24.440	52.622	16.012	68.054	18.108	72.886
Controladas						
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	117		117		117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.006		925	1399		3035
Contribuição para fins da Seguridade social - COFINS		179		179	1330	447
Programa de Integração Social - PIS		41		41	18	370
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	326	436	15	436		459
Antecipações de IR/CS			3024			1232
	2.336	773	3.964	2.172	1.348	5.660
	26.776	53.395	19.976	70.226	19.456	78.546

De acordo com a legislação fiscal, a Companhia deferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário, dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 16) em conta específica no passivo não circulante. Durante o primeiro trimestre de 2010 houve a restituição de créditos tributários de IPI dos exercícios de 2006 e 2007, no montante de R\$ 3.071. Em 12 de abril de 2010 a Companhia obteve restituição de créditos tributários de IPI relativo ao exercício de 2008, no montante de R\$ 12.554, e complemento da restituição do crédito relativo ao exercício de 2006, no montante de R\$ 489.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2010. Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo Controladora			
Imposto de Renda (IR)			
Prejuízos fiscais acumulados	175.893	144.095	132.338
Diferenças temporárias	(23.363)	(4.759)	8.385
	152.530	139.336	140.723
Alíquota de IR	25%	25%	25%
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais	38.133	34.834	35.181
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	83.457	97.365	111.275
Total de crédito de imposto de renda	121.590	132.199	146.456
Contribuição social			
Bases negativas acumuladas	175.893	144.095	132.338
Diferenças temporárias	(21.941)	(3.332)	9.808
	153.952	140.763	142.146
Alíquota de CS	9%	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas	13.856	12.669	12.793
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	30.043	35.052	40.059
Total de crédito contribuição social	43.899	47.721	52.852
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	165.489	179.920	199.308
Controlada			
Imposto de Renda (IR)			
Prejuízos fiscais acumulados		6.830	11.265
Diferenças temporárias		(2.600)	1.203
		4.230	12.468
Alíquota de IR	25%	25%	25%
Total de crédito (débito) de imposto de renda		1.058	3.117
Contribuição Social (CS)			
Bases negativas acumuladas		6.830	11.265
Diferenças temporárias		(2.600)	1.203
		4.230	12.468
Alíquota de CS	9%	9%	9%
Total de crédito (débito) contribuição social		381	1.122
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo		1.438	4.239
Consolidado	165.489	181.358	203.547

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
2010		24.106		25.484
2011	19.252	24.627	19.252	24.627
2012	19.957	25.212	19.957	25.212
2013	21.233	25.645	21.233	25.645
2014	22.545	25.733	22.545	25.733
2015	23.434	26.433	23.434	26.433
de 2015 até 2020	59.068	28.164	59.068	28.224
	165.489	179.920	165.489	181.358

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que foram aprovados pelo Conselho de Administração. Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Anlilan S.A., empresa "veículo" utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente desta aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente a taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o corresponde ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo. As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

12. Investimentos: (a) Investimentos em controladas

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o náotecido ("nonwoven"), resultantes da transformação de polipropileno. Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providência USA, Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social será a produção e comercialização de náotecidos ("nonwoven"). Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Lucro do período	Participação %	Participação em:		
					31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Isofilme Ltda.	Brasil	109.343	10.750	99,99	109.342	98.479	84.362
Providência USA Inc.	EUA	(4.646)	(3.429)	100,00			
					109.342	98.479	84.362

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

Nome	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	136.655	(27.313)	64.113	10.863
Providência USA Inc.	129.075	(133.720)	17	(3.429)
31 de dezembro de 2009	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	132.976	(34.497)	70.382	16.910
Providência USA Inc.	33.858	(35.327)		(1.808)
1º de janeiro de 2009	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Isofilme Ltda.	123.690	(39.328)	71.248	(5.962)
Providência USA Inc.	71.311	(71.612)		(147)

(b) Controlada com passivo a descoberto: Relativamente a controlada que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão que esta sendo apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica "Provisão para Passivo a descoberto", e foi computada da seguinte forma:

Nome	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto	Provisão para passivo a descoberto	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Providência USA Inc.	(4.646)	(1.469)	(4.646)	(1.469)

(c) Movimentação dos investimentos:

Investimentos	Companhia	
	Isofilme	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	84.362	84.362
Equivalência patrimonial	16.910	16.910
Distribuição de lucros	(2.793)	(2.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	98.479	98.479
Equivalência patrimonial	10.863	10.863
Saldos em 31 de dezembro de 2010	109.342	109.342

Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Providência USA Inc.
Passivo a descoberto	301
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(640)
Ajustes acumulados de conversão	1.808
Provisão para passivo a descoberto	1.469
Saldos em 31 de dezembro de 2009	252
Ajustes acumulados de conversão	3.429
Provisão para passivo a descoberto	4.646
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.646

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providência USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

13. Intangível

	Controladora	
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Em 1º de janeiro de 2009	11.812	11.812
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009		
Custo	1.055	1.055
Aquisições	174	174
Amortização	(164)	(164)
Saldo contábil, líquido	12.877	12.877
Em 31 de dezembro de 2009		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		
Custo	2	2
Aquisições	1.364	1.364
Amortização	(2.881)	(2.881)
Saldo contábil, líquido	11.362	11.362

	Ágio	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Em 1º de janeiro de 2009	33.133	11.823	44.956
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009			
Custo		1.056	1.056
Aquisições		176	176
Amortização		(169)	(169)
Saldo contábil, líquido	33.133	12.886	46.019
Em 31 de dezembro de 2009			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010			
Custo		176	176
Aquisições		1.321	1.321
Amortização		(3.015)	(3.015)
Saldo contábil, líquido	33.133	11.368	44.501

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Isofilme). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizaram taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, isto pelas razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). O teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio em 31 de dezembro de



Em 2009, com base em laudo de avaliação emitido por empresa especializada, a Companhia e sua controlada revisaram as vidas úteis econômicas dos bens do ativo imobilizado e reprocessaram os cálculos de depreciação de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2009, implicando em uma redução do encargo de depreciação registrado no período findo em 30 de setembro de 2009 de R\$ 13.053 na controladora e R\$ 16.812 no consolidado. Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Eslarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), o Grupo adotou o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo. A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela administração do Grupo, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 15.369, para cada ano, na controladora e de R\$ 15.524 no consolidado. A depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado soma R\$ 23.403 (2009 - R\$ 23.533), e às despesas operacionais em R\$ 1.801 (2009 - R\$ 460). Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica "Imobilizações em andamento". Tais investimentos incluem a implantação da fábrica nos Estados Unidos, pela investida Providência USA.

15. Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Table with columns: Modalidade, Encargos financeiros, Moeda, Vencimento, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Financiamento máquina, Notas de crédito, EXIM-PSI, Debêntures, and Total Controladora.

Table with columns: Modalidade, Encargos financeiros, Moeda, Vencimento, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Eurobonds, Financiamento planta USA, and Total Controladas.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows show years from 2010 to 2014 and De 2015 até 2030.

O montante de R\$ 42.544, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina recém adquirida), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36.500 mil, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme "Credit Agreement" firmado entre as partes. Em 13 de outubro de 2010, a Companhia liquidou a operação de NCE (Notas de crédito à exportação) contratada junto ao Banco Votorantim, cujo saldo na data era de R\$ 69.425. Sendo assim, o montante de R\$ 50.657 refere-se ao contrato em aberto junto ao banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2013. Em 13 de Outubro de 2010 a Companhia contratou junto aos Bancos Votorantim e Itaú, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") através do programa "BNDES-Exim" na modalidade "BNDES-Exim Pré-Embarque PSI", no montante de R\$ 150.000. Os recursos provenientes da operação serão utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de dezembro de 2011. Os juros serão calculados na base de 7% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal. O montante de R\$ 15.085 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW), firmado em 27 de Julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido nãotecido ("nonwoven"), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016. O montante de R\$ 25.235 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008, destinado a aquisição das máquinas nos Estados Unidos. Em 15 de setembro de 2010, foi contratada junto ao Banco Bradesco S/A uma operação de US\$ 5.000 mil para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação é para 15 de setembro de 2011, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,15% ao ano. Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao banco HSBC operações no total de US\$ 10.100 mil para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,47% ao ano, em média. Em 12 de maio de 2010 houve a captação de US\$ 9.100 mil para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de Iredell, administrada por um agente (Wells Fargo Bank), e garantida pelo banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (Securities Industry and Financial Markets Association). O montante de R\$ 67.494 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34.605 mil, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de juros semestrais e principal com dois anos de carência a partir da data do aceite final da máquina, prevista para setembro de 2011. Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, os avais garantem os R\$ 132.214 de endividamento da Providência USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9.100 relativos a captação do Recovery Zone Facility Bond. As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em dezembro de 2010 este montante representa R\$ 82.579, dos quais R\$ 67.494 referem-se a máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 15.085 referem-se a máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de 17.800. Os empréstimos nacionais não possuem garantias. Abreviaturas: CDI - Certificado de Depósito Interbancário; LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres); NCE - Notas de crédito à exportação; SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários). Em 30 de novembro de 2007 foram emitidas 15.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 com pagamento de juros semestrais até 2012 e principal com 2 anos de carência com vencimentos anuais igualmente até 2012. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de juros dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) de um dia, capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% ao ano, base 252 dias.

Table with columns: Série, Data de emissão, Valor, Vencimento final, Remuneração anual, Circulante, Não Circulante. Rows include 1ª emissão and Covenants for 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

Em 31 de dezembro de 2010, a razão dívida líquida/EBITDA é de 2,86. Portanto, o índice está sendo cumprido. (b) Apresentar, por dois períodos consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, um "Índice de Cobertura de Juros" apurado no último dia de cada período, menor ou igual que os números conforme abaixo:

Table with columns: 2008, 2009, 2010, 2011, 2012. Rows show values for 2008 and 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o índice de cobertura de juros foi de 7,84. Portanto, o índice está sendo cumprido. (c) Apresentar, por dois períodos consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, uma razão "Dívida/Capitalização" maior ou igual a 0,65. Em 31 de dezembro de 2010, o índice de Dívida/Capitalização foi de 0,41. Portanto, o índice está sendo cumprido. Linhas de crédito: Até 31 dezembro de 2010, o Grupo obteve duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao banco HSCB no montante total de US\$ 82.438 visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil a taxa de juros a ser contratada será de Libor + 1,25% ao ano, já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de Libor + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, o Grupo abriu linhas de crédito no montante de US\$ 40.871 junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de Libor + 3,00% até Libor + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que for identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos. Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

Table with columns: Valor contábil, Valor justo, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Empréstimos e financiamentos, Debêntures, and Consolidado.

16. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Table with columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Controladora, Controladas, and Consolidado.

17. Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável. A controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. é parte em diversos processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista. O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010:

Table with columns: Provisão, Depósitos, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Trabalhista, Cível, Fiscal, Total, Circulante, Não circulante.

Table with columns: Provisão, Depósitos, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Trabalhista, Cível, Fiscal, Total, Circulante, Não circulante.

(a) Processos de Natureza Trabalhista: De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, assédio moral, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros. Ademais, houve apenas um processo trabalhista movido por representante comercial nos últimos 10 anos, o qual foi julgado improcedente. (b) Processos de Natureza Cível: De uma maneira geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexistência de título executivo e sustação de protesto. (c) Processos de Natureza Fiscal: A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, não figuram como parte em processos judiciais e administrativos que versam sobre matérias fiscais. A movimentação das provisões no período findo em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 1º de janeiro de 2010, Adições, Baixas, Atualizações monetárias, Saldo em 31 de dezembro de 2010.

Do total de baixas no período findo em 31 de dezembro de 2010, R\$ 1.239 refere-se ao mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado do Paraná - SIMPEP, contra a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e COPEL Distribuição S/A, cujo objetivo era de eximir as empresas representadas pelo sindicato, da cobrança compulsória de adicionais tarifários cobrados pela concessionária. Tal mandado foi julgado improcedente em última instância, sendo os valores depositados em juízo, convertidos em renda para quitação dos encargos impugnados, encerrando a questão. Contingências Possíveis não provisionadas: A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Trabalhistas, Cíveis (Perdas e danos).

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos são reconhecidos para fazer frente a realização das diferenças temporárias, e sua composição é feita da seguinte forma:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Passivo, Imposto de Renda (IR), Alíquota de IR, Total de débito de imposto de renda, Contribuição social, Alíquota de CS, Total de débito contribuição social, Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009. Rows include Passivo, Imposto de Renda (IR), Alíquota de IR, Total de débito de imposto de renda, Contribuição social, Alíquota de CS, Total de débito contribuição social, Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo.

19. Patrimônio Líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2010, o capital social está representado por 82.483.132 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir.

Table with columns: Acionistas Controladores e ligados aos Controladores, Administradores, Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Total Administradores, Outros, Ações em tesouraria, Total Ações.

*Acionistas ligados ao Fundo de Investimentos GGPARGAR. ** Compreende 4.455.000 ações pertencentes a Décio Vinício Gomes, membro independente do Conselho de Administração e 4.000 ações pertencentes a empresa MM Serviços Contábeis, cujo sócio, o Sr.Clóvis Edecio Muller, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia. Conforme o estatuto social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária. (b) Opções de compra de ações: De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembléia Geral de 11 de maio de 2007, a Companhia pode outorgar planos de opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e da sua controlada.



continuação

As diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidos nos termos dessas Diretrizes representarão, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações. Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R\$ 8,40 por ação. O plano apresenta carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário poderá exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010. Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano possam exercer a sua opção de compra de ações objeto deste Plano. Desta forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos vencerá em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante. A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 31/12/2010 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas. O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black and Scholes ajustado pelo modelo de precificação Garman-Kohlhagen, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço de período não ser corrigido. As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Table with 2 columns: Description and Value. Includes Taxa de juros livre de risco (10,78% a.a.), Prazo total em anos (3), Volatilidade anual esperada (15,09% a.a.), Valor justo da opção na data da outorga (R\$ 1,60), and Diluição em 31/12/2010 (827.244 / (82.483.132 + 827.244) x 100 = 0,99%).

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 1º de janeiro de 2009, and Consolidado. Rows include Movimentação das opções, Quantidade Inicial, Opções outorgadas, Opções exercidas, Quantidade final, Preços de exercício, and Data de vencimento.

(c) Reservas de capital: O saldo de reserva de capital é substancialmente composto pela reserva de ágio na emissão de ações. Conforme descrito na nota 19 (b), a Companhia reconheceu reserva especial para fazer frente aos compromissos do plano de opções de compra de ações, cujo saldo totaliza R\$ 1.324 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2009).

Table with 2 columns: Valor and Quantidade. Rows include Recomprou ações referentes ao 1º programa, Cancelamento de ações, Programa Stock Options, and Recomprou ações referentes ao 2º programa.

Saldo em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010: 6.701 (2009) and 2.442.000 (2010).

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recomprou de Ações de Emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R\$ 23.258. Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria. Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recomprou de Ações de Emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e/ou Merrill Lynch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R\$ 6.701. (e) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital. Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do conselho de administração a ser aprovada em Assembléia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 para a Reserva de Lucros. (f) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal. Os dividendos foram calculados conforme segue:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 (após os ajustes do CPC), and 31 de dezembro de 2009 (antes dos ajustes do CPC). Rows include Lucro líquido do exercício, Reserva legal (5%), Base para o cálculo dos dividendos mínimos, Dividendos mínimos obrigatórios (25%), Base de cálculo dos dividendos ajustada, Dividendos antecipados pagos, and Dividendos por ação.

Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do conselho de administração a ser aprovada em Assembléia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 para a Reserva de dividendos adicionais propostos. Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social. (g) Lucro por ação básico e diluído: O resultado por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores do Grupo no exercício de 2010, conforme detalhado no quadro abaixo. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas e, desta forma, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidade de ações dilutivas, o lucro diluído por ação foi igual ao lucro básico por ação:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, and Básico e diluído. Rows include Resultado do exercício, Quantidade média ponderada de ações, and Receita líquida.

(h) Ajustes de avaliação patrimonial: Os saldos e ajustes do exercício referem-se a: • Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Saldo de R\$ 178.934 (R\$ 189.179 em 31 de dezembro de 2009) foi movimentado pela realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 10.245, conforme nota 14; • Ajustes acumulados de conversão: Saldo de 851 (R\$ 600 em 31 de dezembro de 2009) foi movimentado pela variação cambial do investimento na controlada Providência USA Inc., no valor de R\$ 251.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, and 31 de dezembro de 2009. Rows include Vendas brutas de produtos, Devoluções de vendas, Impostos sobre vendas, and Receita líquida.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, and 31 de dezembro de 2009. Rows include Custos variáveis e gastos indiretos, Despesas com vendas, Despesas administrativas, and Outras receitas.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, and 31 de dezembro de 2009. Rows include Juros, Variação cambial, Despesas com operação de derivativos, and Outros.

As variações nas despesas financeiras observadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativamente ao exercício de 2009, referem-se, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, and 31 de dezembro de 2009. Rows include Juros, Variação cambial, Receitas com operações de derivativos, Rendimentos de aplicações financeiras, Ajuste a valor presente de recebíveis, and Outros.

As variações nas receitas financeiras observadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativamente ao exercício de 2009, se devem, principalmente, ao menor rendimento das aplicações financeiras impactadas pela redução do caixa e equivalentes de caixa.

23. Despesa de imposto de renda e contribuição social (a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31 de dezembro de 2010, and 31 de dezembro de 2009. Rows include Lucro antes dos tributos, Alíquota nominal dos tributos (IR e CS), Despesa de IR e CS à alíquota básica, Efeito tributário de (adições) exclusões, Resultado de investimentos em controladas, Itens permanentes, líquidos, Valor lançado ao resultado, Corrente, and Diferido.

*Composto, substancialmente, pela realização de IR e CS diferidos (b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 2010:

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 2009, Movimento, Saldo em 2010, and Saldo em 2009. Rows include Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados, 1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo, Diferenças temporárias, Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%, Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%, Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%, 2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo, 3) Diferenças permanentes, Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%, Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3), Diferenças temporárias Providência, Diferenças permanentes Isofilme, Diferenças temporárias Isofilme, IR e CS devidos, and Total do efeito de IR e CS no resultado.

24. Plano de previdência

Em dezembro de 2009 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidênciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e também pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social. A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados. No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições. O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante. O montante das contribuições do Grupo efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 307 (2009 - R\$ 24), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

25. Cobertura de seguros

O grupo e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providência USA Inc., adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. O grupo realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Table with 3 columns: Ramos, 31.12.2010, and 31.12.2009. Rows include Patrimonial, Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Estabelecimentos Comerciais, Responsabilidade Civil, D&O, Transporte Internacional, Importação e Exportação, and Garantia.

As coberturas de seguros são: • Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo / furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens; • Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados; • Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O); • Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; • Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento. A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2009 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2009/2010, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

26. Partes relacionadas

Não foram realizadas transações de compra e venda entre a Companhia e suas partes relacionadas. Remuneração global dos administradores: A Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2010 aprovou a remuneração global anual dos administradores em R\$ 3.600. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2010, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, tendo em vista a eleição de 3 (três) membros adicionais para a diretoria estatutária, passando assim para 5 (cinco) membros, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de maio de 2010, no valor global e anual de até R\$ 5.800, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

Table with 3 columns: 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, and Remuneração baseada em ações. Rows include Remuneração and Remuneração baseada em ações.

27. Eventos subsequentes

(a) Créditos fiscais negociados: Durante o mês de fevereiro de 2011, o Grupo recebeu o montante de R\$ 13.825, relativos aos processos de restituição de créditos tributários de IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social pagos a maior em exercícios anteriores.

28. Adoção do IFRS e dos CPCs pela primeira vez

28.1. Base da transição: 28.1.1. Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1: As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva. 28.1.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Companhia: A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva: (a) Isenção de combinação de negócios: A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição. (b) Isenção do valor justo como custo presumido: A Companhia optou por mensurar os itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 14. (c) Isenção da designação de instrumentos financeiros reconhecidos em data anterior a data de transição: A Companhia optou por designar seus instrumentos financeiros apenas na data de transição. 28.1.3. Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia: A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva. (a) Exceção das estimativas: As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas: • Reversão de ativos e passivos financeiros. • Participação de não controladores. 28.2. Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs: Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição. (a) Laudo de avaliação do imobilizado: A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação a certas máquinas, edificações e terrenos. O laudo de avaliação dos bens, com data base em 1º de janeiro de 2009, determinou seu valor justo em R\$ 492.801 (R\$ 439.408 na controladora), um aumento de R\$ 302.157 (R\$ 298.686 na controladora) em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totaliza R\$ 190.644 (R\$ 140.722 na controladora). O impacto no resultado do exercício de 2009, líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social, foi de R\$ 10.245 (R\$ 10.144 na controladora). (b) Gastos pré-operacionais: Até 31 de dezembro de 2009, nos termos do BR GAAP antigo o Grupo adotava como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido. Gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos de R\$ 326 e R\$ 178, em 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, respectivamente, bem como a amortização de R\$ 149 reconhecida durante o exercício de 2009 foram ajustados. (c) Imposto e contribuição social: As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os CPCs/o IFRS e totalizavam R\$ 92 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 5.230 em 31 de dezembro de 2009. (d) Gastos com IPO: De acordo com o BR GAAP antigo, os custos com emissão de ações são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Para fins de IFRS, os custos com abertura de capital "Initial Public Offering" devem ser reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, líquidos de eventuais efeitos tributários, deduzindo o valor das ações emitidas. Sendo assim, foram ajustados os R\$ 20.100 gastos no processo de abertura de capital da Companhia, os quais, líquidos dos tributos, representam um ajuste de R\$ 13.266 em 1º de janeiro de 2009. (e) Depósitos judiciais: O saldo dos depósitos judiciais foi atualizado monetariamente para refletir o que determina o IAS 37 e IAS 39. Tal atualização resultou em ajuste de R\$ 56 em 1º de janeiro de 2009 no ativo da controladora e consolidado, R\$ 49 na controladora e R\$ 47 no consolidado em 31 de dezembro de 2009. (f) Contas a receber de clientes: Os saldos do contas a receber cujos vencimentos ultrapassam o período de um ano foram reclassificados para o realizável a longo prazo. (g) Lucros acumulados: Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009. As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas: • Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 (Nota 28.3). • Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 (Nota 28.4). • Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 28.5).

28.3. Conciliação do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009:

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, and Ativo Passivo Patrimônio Líquido. Rows include Saldo anterior à adoção das novas práticas, Ativo circulante, Contas a receber e demais contas a receber, IRPJ/CSLL diferidos, Ativo não circulante, Contas a receber e demais contas a receber, Depósitos judiciais, IRPJ/CSLL diferidos, Investimentos, Imobilizado, Diferido, Passivo não circulante, IRPJ/CSLL diferidos, Capital Social, Lucros acumulados, Custo atribuído, líquido, Saldo após a adoção das novas práticas.



28.4. Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	921.371	414.512	506.858	986.609	479.751	506.858
Ativo circulante						
Contas a receber e demais contas a receber.....	(1.977)			(4.513)		
IRPJ/CSLL diferidos	(24.107)			(25.484)		
Ativo não circulante						
Contas a receber e demais contas a receber.....	1.977			4.513		
Depósitos judiciais.....	47			49		
IRPJ/CSLL diferidos	24.091			25.529		
Investimentos.....	2.074					
Imobilizado	283.317			286.634		
Diferido	(1)			(178)		
Passivo não circulante						
IRPJ/CSLL diferidos		96.328			97.456	
Capital Social.....			(13.266)			(13.266)
Lucros acumulados			13.182			13.182
Custo atribuído, líquido.....			189.178			189.178
	<u>285.421</u>	<u>96.328</u>	<u>189.094</u>	<u>286.550</u>	<u>97.456</u>	<u>189.094</u>
Saldo após a adoção das novas práticas	<u>1.206.792</u>	<u>510.840</u>	<u>695.952</u>	<u>1.273.159</u>	<u>577.207</u>	<u>695.952</u>

28.5. Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	Controladora					
	BR GAAP Anterior	Custo atribuído	Reversão diferido	Depósitos judiciais	Efeito total	De acordo com IFRS
Operações continuadas						
Receita.....	351.905					351.905
Custo das vendas	(211.220)	(15.369)			(15.369)	(226.589)
Lucro bruto	140.685					125.316
Despesas com vendas.....	(30.137)					(30.137)
Despesas administrativas	(36.387)					(36.387)
Outras receitas.....	2.402		(1)		(1)	2.401
	<u>(64.122)</u>					<u>(64.123)</u>

	Controladora					
	BR GAAP Anterior	Custo atribuído	Reversão diferido	Depósitos judiciais	Efeito total	De acordo com IFRS
Lucro operacional	76.563					61.193
Receitas financeiras.....	40.573				(9)	40.564
Despesas financeiras.....	(62.450)					(62.450)
	<u>(21.877)</u>					<u>(21.886)</u>
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas.....	15.106		(55)		(55)	15.051
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.792					54.358
Imposto de renda e contribuição social.....	(18.806)	5.225	54	3	5.282	(13.524)
Lucro do exercício das operações continuadas	50.986					40.834
Lucro líquido do exercício.....	<u>50.986</u>					<u>40.834</u>

	Consolidado					
	BR GAAP Anterior	Custo atribuído	Reversão diferido	Depósitos judiciais	Efeito total	De acordo com IFRS
Operações continuadas						
Receita.....	412.837					412.837
Custo das vendas	(246.379)	(15.523)			(15.523)	(261.902)
Lucro bruto	166.458					150.935
Despesas com vendas.....	(32.181)					(32.181)
Despesas administrativas	(41.895)					(41.895)
Outras receitas.....	2.273		149		149	2.422
	<u>(71.803)</u>					<u>(71.654)</u>
Lucro operacional	94.655					79.281
Receitas financeiras.....	43.122			(8)	(8)	43.114
Despesas financeiras.....	(59.297)					(59.297)
	<u>(16.175)</u>					<u>(16.183)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.480					63.098
Imposto de renda e contribuição social.....	(27.494)	5.278	(51)	3	5.230	(22.264)
Lucro do exercício das operações continuadas	50.986					40.834
Lucro líquido do exercício	50.986					40.834

Diretoria

Hermino Vicente Smania de Freitas Diretor Presidente	Eduardo Feldmann Costa Diretor Financeiro e de RI	Alexandre Nogueira Domeque Diretor Comercial	Romeo Bregant Diretor de Engenharia e Tecnologia	Fábio Krzyzanowski Diretor de Operações	Luciano Zanlorenzi Controller	Ademir Gomes de Campos Contador CRC PR-045262/O-7
--	---	--	--	---	---	---

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Providência Indústria e Comércio, após procederem ao exame do estudo técnico de viabilidade da recuperação do ativo fiscal diferido, do relatório da administração e das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2010, à vista do relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e aliado aos esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, opinam que esses documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembléia de Acionistas.

Clovis Edecio Müller Presidente e Membro Efetivo	São José dos Pinhais, 18 de março de 2011 João Verner Jueneemann Membro Efetivo	Eduardo Santos de Andrade Membro Efetivo
--	--	--

Recomendação do Comitê de Auditoria

Recomendação ao Conselho de administração
O Comitê de Auditoria da Companhia Providência Indústria e Comércio, reunido em 18 de março de 2011, aprovou a seguinte declaração para o Conselho de Administração:
"O Comitê de Auditoria, com base nos trabalhos realizados ao longo do exercício de 2010 e nas apresentações e esclarecimentos que recebeu da administração da Companhia Providência Indústria e Comércio, assegura que a empresa adota as melhores práticas contábeis e de controles internos, reconhecidos, inclusive, pela auditoria externa, PricewaterhouseCoopers.
Examinamos os resultados referentes ao exercício de 2010, a luz dos preceitos referidos, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração manifestação favorável sobre esses resultados, para que sejam posteriormente encaminhados à AGO – Assembléia Geral Ordinária para a devida aprovação."

Marcelo Aguiar Membro do Comitê de Auditoria	Maurício Gomes Membro do Comitê de Auditoria
--	--


Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Providência Indústria e Comércio
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Providência Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Providência Indústria e Comércio e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de ob-

ter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Providência Indústria e Comércio e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas inter-

nacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ênfase
Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Providência Indústria e Comércio, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.
Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 18 de março de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Carlos Biedermann
Contador
CRC 1RS029321/O-4 "S" PR